

JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro
Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos
Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura
Editor: Paulo Henrique Amorim

Luz e Sombra

*Economia
Brasil*

Não poderia ser mais contundente o quadro de apreensões nacionais: com o novo impulso tomado pela inflação no mês de fevereiro, nuvens se acumulam e escurecem a paisagem.

Por mais que fosse dito antes que a inflação nos dois primeiros meses do ano seria alta, foi impossível impedir o susto coletivo quando janeiro consagrou uma inflação de 6,3% e fevereiro superou a marca com 6,8%. O Governo finge não estar apreensivo, mas a sociedade não tem razões para descartar os receios que voltaram.

Mas não é apenas a inflação. O consumo de energia na Região Sudeste — na locomotiva e nos primeiros vagões da economia brasileira — desabou em janeiro. O consumo de energia dá a medida das atividades econômicas. Se o consumo baixou é porque caiu ainda mais a atividade produtiva.

Apesar de sua fragilidade e de sua inconsistência, o índice apurado pela pesquisa mensal do IBGE sobre desemprego conseguiu detetar que 9,9% dos cariocas estão desempregados e 8,9% dos paulistas também não têm trabalho. O preciosismo decimal não disfarça a verdade: 10% dos cariocas e 9% dos paulistas estão desempregados.

Em qualquer país sério, esses números são, em si mesmos, inquietadores. Não poderia ser diferente no Brasil. Entretanto, todos fingem que se trata de uma gravidade futura, quando na verdade a gravidade está no presente.

Que fazer diante da situação em que a inflação e o desemprego, como duas pinças, se fecham sobre o coração econômico do país? Não há à vista qualquer alternativa para a política econômica em vigor. Até mesmo porque a nossa bifurcada oposição — uma parcela confiável e outra não — importa-se pouco em entender de economia ou em adquirir noções objetivas da situação para pleitear a confiança do eleitorado e merecer o poder.

Aparentemente o rumo em que viemos terá que ser mantido, mas há necessidade de algumas ponderações graves sobre a situação.

O fato irrecusável é que o Brasil está correndo o grave risco de repetir o deplorável desempenho econômico de 1981, quando conseguiu combinar os piores resultados: inflação alta e nítida recessão.

Cabe lembrar, a propósito, que não se trata do conhecido fenômeno da *estagnação*. O que se registrou no Brasil, no ano passado, foi uma inequívoca recessão econômica. A *estagnação* delineada nas economias desenvolvidas é uma espécie de estagnação por efeito da inflação. O nosso caso é de recessão sem disfarces. Por erros acumulados no combate à inflação, caímos em cava recessão econômica com sombria ressonância social.

Por tudo que fez e não deu certo, por tudo que deixou de fazer e, também, pelo que conseguiu conduzir acertadamente, o Governo precisa recuperar o vigor e retomar a iniciativa na batalha da opinião pública contra a inflação. Trata-se de uma frente de batalha da maior importância, na qual o Governo parece estar acuado pelos números sinistros que levam ao pesadelo a sociedade brasileira.

Precisa sair à rua o Governo, para mostrar o que está fazendo, o caminho que percorre e para onde está sendo conduzido o país que nem sempre consegue identificar uma relação entre as palavras e os fatos. Entre o que declara fazer e os resultados, há agora uma distância a ser preenchida por explicações francas e leais.

O fato decisivo é que o país não pode ser conduzido para uma situação que novamente associe uma inflação alta com uma recessão acachapante. E para evitar a via sinistra, só o Governo — com seu poder e sua autoridade — pode traçar e garantir uma rota confiável.

Se o Governo não for capaz de sair da inércia — que costuma ser uma tendência nesses momentos — para anunciar um plano consistente, ninguém irá acreditar espontaneamente que essa predestinação vai ser superada. E por que a opinião pública desconfia de que nada mudará na presente dificuldade? Porque não há qualquer indicação de que o rombo da Previdência Social será reduzido; porque não há qualquer indício de que as empresas estatais estejam sob controle ou que possam ser subjugadas tão cedo; porque não há o menor sinal de que o Governo ousará corrigir o fatídico erro de promulgar uma lei salarial que, de 6 em 6 meses, despeja inflação no bolso do consumidor e, também a cada semestre, retira produtividade das empresas brasileiras.

Se o Governo não for capaz de mudar o quadro que associa a inflação à recessão — e é exatamente o que se sente toda vez que a Siderbrás declara precisar de 800 milhões de dólares apenas para rolar sua dívida — não haverá atalho e o Brasil poderá seguir direto para o desastre.

Se o Governo não vier às ruas para conter o desmoronamento da confiança penosamente erguida sobre sacrifícios de toda a sociedade, ao lado de privilégios do Estado, a opinião pública não irá ao Governo oferecer-lhe um suplemento de sacrifícios.

O Brasil terá que tomar uma rota que passe ao largo da tentação eleitoral, pois todas as trilhas que cruzam esse atoleiro levam à recessão e não oferecem mais do que duvidosas miragens. A garantia de melhores resultados eleitorais passa, muito antes, pela vitória sobre a inflação.